

DESAFIOS DO GESTOR PÚBLICO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES TRANS À LUZ DA LEI ESTADUAL DO CEARÁ Nº 16.946/2019

Marcos Chagas Mota ¹
Carlos Rochester Ferreira Lima ²
Marcos José Alves da Silva ³

¹ Mestre pelo Curso Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - MAIE/UECE, marcos_agenda@yahoo.com.br

² Professor Doutor do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - MAIE/UECE, rochester.lima@uece.br;

³ Professor Especialista da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará
marcosjoseico@gmail.com.

Introdução

A escola, enquanto espaço de formação e convivência, deve ser um ambiente seguro e inclusivo e que promova o desenvolvimento cognitivo e social para todas/os/es estudantes. No entanto, dados recentes revelam uma realidade alarmante para crianças e adolescentes transgêneros no Brasil. A pesquisa “Vivências Reais de Crianças e Adolescentes Transgêneros dentro do Sistema Educacional Brasileiro”, realizada pelo Grupo Dignidade com apoio da UNESCO e UNAIDS, revelou que 77,5% dos estudantes trans entre 5 e 17 anos já foram vítimas de bullying no ambiente escolar. Desses casos, 65% dos agressores eram profissionais da instituição, sendo 56% professores. (NUNES, 2021)

Ainda segundo o autor, a pesquisa apontou que 98% dos pais e responsáveis consideram o ambiente escolar inseguro para suas/seus filhas/os e 24% das famílias mudaram suas/seus filhas/os de escola devido ao bullying sofrido. Esses dados evidenciam a urgência de políticas públicas educacionais que promovam o respeito ao nome social e à identidade de gênero das/os estudantes trans. (NUNES, 2021)

Luma Nogueira, em seu livro “Travestis na Escola: assujeitamentos à ordem normativa” (2015), relata e argumenta acerca do contexto desafiador excludente que estudantes travestis e transexuais enfrentam no cotidiano escolar, dentre estes conflitos estão a dificuldade da utilização do banheiro de acordo com sua identidade de gênero e o respeito ao nome social das/dos discentes (ANDRADE, 2015).

No ano de 2019 foi aprovada uma Lei Estadual no Ceará, de iniciativa do Deputado Renato Roseno e co-autoria do então Deputado Elmano Freitas, que assegura o direito ao nome social nas instituições públicas e privadas no estado do Ceará. (CEARÁ, 2019).

Da aprovação de uma lei até sua implementação efetiva há uma longa jornada, por isso nos questionamos: mesmo depois de 6 anos da aprovação da legislação os gestores das escolas

públicas estaduais do Ceará conseguem atuar para garantir esse direito às pessoas travestis e transexuais, promovendo efetivamente a inserção social?

A presente pesquisa se justifica pela urgência da garantia desta parcela da população à educação, principalmente em nosso país que necessita avançar e oferecer um ensino de melhor qualidade e inclusivo. Pois, é através da educação que estas pessoas podem almejar posições sociais, profissionais e de cidadania que historicamente foram negadas e negligenciadas para as identidades dissidentes. Para que isso aconteça é necessária a divulgação de tal legislação, refletir e problematizar como ela está sendo implementada, para que possamos implementar ações para melhor acolher. Nesse sentido, a gestão escolar tem um papel essencial em mediar e efetivar ações buscando a garantia destes direitos expressos na legislação.

Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar como a gestão pública escolar contribui para o respeito ao nome social e à inclusão de estudantes trans, considerando a Lei Nº 16.946, de 29/07/2019, as políticas públicas e práticas adotadas nas instituições de ensino. E como objetivos específicos pretende-se: a) apresentar as concepções de identidade de gênero e orientação sexual e suas implicações na gestão pública escolar; b) analisar as políticas educacionais brasileiras e do estado do Ceará de políticas afirmativas para a diversidade sexual e que regulamentam o uso do nome social nas escolas públicas; c) discutir a partir de trabalhos acadêmicos disponíveis argumentos que corroboram com o direito dos estudantes travestis e transexuais serem respeitados pela escola e os conflitos ainda existentes, e a contribuição do gestor escolar frente a essa problemática.

Metodologia

A metodologia adotada para o trabalho será, quanto à abordagem qualitativa, de natureza aplicada, de acordo com os objetivos é uma pesquisa descritiva e exploratória e quanto aos procedimentos é bibliográfica e documental. Pois foi feito um levantamento do arcabouço bibliográfico da temática, análise da legislação vigente e um estudo com artigos e trabalhos de conclusão de curso publicados nos últimos cinco anos a fim de identificar em qual contexto a Lei Estadual de respeito ao nome social está sendo implementada nas escolas estaduais do Ceará.

Resultados e Discussões

A diversidade sexual nas escolas é um tema emergente atualmente, principalmente por estar sendo pautado de forma deturpada pela política contemporânea, alguns políticos em ações diretas de discriminação e preconceito utilizando desinformação e criando um pânico social para impedir que sejam discutidas essas questões na escola e dificultando a implementação das leis. A extrema direita elegeu como uma de suas principais pautas apelando para o conservadorismo da população, mas alguns políticos de esquerda também em algumas situações corrobora e faz coro ao não avanço dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+.

Esse contexto é necessário destacar pois os gestores escolares que tem um papel fundamental em mediar esses conflitos pautados na lei e na ciência, ainda é necessário avançar no tocante ao respeito aos direitos das pessoas travestis e transexuais na escola, pois segundo as

argumentações que já apresentamos nas seções anteriores ainda há desafios para a gestão da escola pública da plena inclusão de pessoas trans nas escolas.

Já compreendemos junto com a autora Salith (2019) que o gênero é construído socialmente e que algumas pessoas não se conformam com o seu sexo de nascimento e se identificam com o gênero oposto ao sexo de nascimento. E a relevante autora norte-americana Butler (2016) têm grandes contribuições nas questões de gênero trazendo termos como a heteronormatividade compulsória e a relação que se espera socialmente entre sexo/gênero/desejo. Alinhada ao pensamento de ambas as autoras, a brasileira Louro (2021) apresenta vários contextos escolares onde se destaca a dificuldade da aceitação da diversidade sexual no ambiente escolar.

Esta situação fica comprovada nas pesquisas que apresentamos neste texto. Na investigação “Vivências Reais de Crianças e Adolescentes Transgêneros dentro do Sistema Educacional Brasileiro” a organizadora Nunes (2021), comprova o que as autoras já nos alertaram e que estas e estes estudantes são vítimas de violências na escola e alguns são transferidos, na verdade poderíamos dizer expulsos, por não aguentar conviver num ambiente inóspito a sua existência, e os alvos dessas violências também são professores e até gestores da escola. Por isso a necessidade de trazermos os gestores escolares para essa discussão e reafirmar o papel dos mesmos na mediação e promoção do combate a todos os tipos de discriminação.

A nossa legislação ainda pode avançar e melhorar para atender aos anseios desta população vulnerável, mas já há muitos dispositivos legais que asseguram o direito destes cidadãos com a Constituição Federal, Plano Estadual de Educação do Ceará, Lei do Ceará Educa Mais e a Lei do Respeito ao Nome Social nas Instituições Públicas e privadas.

Contudo, a escola ainda precisa encontrar meios para garantir a aplicabilidade efetiva desses dispositivos legais. Como demonstrado em outras duas pesquisas que foram apresentadas por Moreira (2015) e Lima (2023) ainda é uma realidade a prática transfóbica nas escolas, e ainda há uma problemática da falta de aceitação das famílias, burocracia para o registro do nome social e desinformação dos profissionais da escola. Em todos os levantamentos é citado que a gestão escolar age para o melhor acolhimento das/os estudantes trans, mais ainda é um desafio garantir esses direitos de forma mais abrangente. E é a gestão escolar um elemento essencial para promover uma escola que respeite a diversidade sexual dos estudantes.

De acordo com o que foi discutido aqui fica claro que há legislação, projetos e programas específicos de ações afirmativas para a diversidade sexual no estado do Ceará, vários autores e pesquisas confirmam a urgência para aplicabilidade de tais ações, visto que a problemática que se apresenta cerceia e impede estudantes travestis e transexuais de acessar a escola, a educação e a aprendizagem, e como consequência dificultando o acesso à universidade e ao mercado de trabalho.

Considerações Finais

A gestão da escola pública deve mediar os conflitos e a inclusão de pessoas transexuais e travestis na escola, porém ainda é um desafio visto a quantidade de atribuições desse grupo de

peças e os contextos cada vez mais complexos de uma instituição escolar. Soma-se a essa questão a sobreposição das concepções religiosas e de vida destes gestores sobre a coisa pública, como também mecanismos de capacitação que não atendam efetivamente o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimento para aplicar na realidade apresentada.

É necessária e urgente essa discussão visto que pessoas travestis e transexuais sempre foram excluídas do processo educacional e muitos espaços sociais, nesse sentido, sendo assim levadas a trabalhar em subempregos e na prostituição. Dessa forma, compromete-se em sua maioria esmagadora, levadas a trabalhar em subempregos e na prostituição. Dessa forma comprometendo os dados da qualidade da educação no nosso estado e do país, pois impactam negativamente o fluxo escolar, a proficiência e a formação integral dos estudantes. É preciso respeitar a legislação e proporcionar a essas pessoas cidadania, inclusão, aceitação e garantia do respeito de seus direitos.

Contudo observa-se os achados apresentados aqui relevantes para reflexão e uma tomada de decisão por parte de gestores, escolas e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, no sentido de adequar políticas, sistemas e programas para melhor atender estudantes transexuais e travestis, proporcionando para este público a aprendizagem e inclusão educacional, social, profissional e econômica.

Concluimos que é necessário aprofundar mais pesquisas sobre essa realidade, mas estudar e investigar apenas não basta. É necessária ações concretas para mudar a realidade de preconceito, discriminação e violências contra pessoas travestis e transexuais na escola. Desta forma estaremos promovendo uma sociedade mais democrática e inclusiva e respeitando os preceitos dos Direitos Humanos e Constitucionais de uma sociedade livre de todos os tipos de preconceito e discriminação.

Palavras-chave: gestão escolar; educação e diversidade; nome social.

Referências

ALVES & MOREIRA, Cláudio Eduardo Resende, Ignez Costa Moreira. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns De Psicologia*, 17(3), 59–69. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-alves-moreira/1275-pdf-pt>. Acesso em: 30 de maio de 2025.

ANDRADE, Luma Nogueira. *Travestis na escola: assujeitamentos à ordem normativa*. 1ª ed, Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da sexualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Lei nº 16.946 de 30/07/2019. Disponível em: <https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/direitos->

humanos-e-cidadania/item/6725-lei-n-16-946-de-29-07-19-d-o-30-07-19. Acesso em: 16 de maio de 2025.

LIMA, Sol Alves de. “Me chame pelo meu nome, me deixa mais feliz”: etnografia sobre jovens travesti e homem trans no cotidiano escolar a partir da política do nome social - Redenção, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3134/1/TCC%20FINAL%20SOL%20ALVES%20DE%20LIMA.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2025.

LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

NUNES, Thamirys (org). Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneres dentro do sistema educacional brasileiro [livro eletrônico] - Curitiba, PR : IBDSEX, 2021. [cited 2022 Dec 10]. 142p [em linha]. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2021/12/eBook-Completo-0912-FINAL.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2025.

SALITH, Sara. Judith Butler e a Teoria Queer. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.